



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO –
CAMPUS IPORÁ**

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA ADOLESCENTES:
ABRINDO CAMINHO PARA DISCUSSÃO**

Autora: Jheovana Hayssa Ferreira Santos

Orientadora: Ma. Luciana Recart Cardoso

Iporá - GO

Novembro, 2023

Jheovana Hayssa Ferreira Santos

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA ADOLESCENTES: UM
CONVITE PARA DISCUSSÃO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no Instituto Federal Goiano - Campus
Iporá como requisito básico para a conclusão do
Grau de Bacharel em Ciência da Computação.

Orientadora: Ma. Luciana Recart Cardoso

Iporá - GO

2023

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

SSA237 Santos, Jheovana Hayssa Ferreira
v Violência de gênero contra adolescentes: abrindo
caminho para discussão / Jheovana Hayssa Ferreira
Santos; orientadora Luciana Recart Cardoso. --
Iporá, 2023.
57 p.

TCC (Graduação em Bacharelado em Ciência da
Computação) -- Instituto Federal Goiano, Campus
Iporá, 2023.

1. Violência de gênero. 2. Violência de gênero e
adolescentes. 3. Maria da Penha na Escola. I.
Cardoso, Luciana Recart, orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica (assinale com X)

- Tese
- Dissertação
- Monografia – Especialização
- Artigo - Especialização
- TCC - Graduação
- Artigo Científico
- Capítulo de Livro
- Livro
- Trabalho Apresentado em Evento
- Produção técnica. Qual: _____

Nome completo da autora: Jheovana Hayssa Ferreira Santos

Curso: Bacharelado em Ciência da Computação

Título do Trabalho: Violência de gênero contra adolescentes: abrindo caminho para discussão

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 01/03/2024

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Iporá, 27 de fevereiro de 2024

Jheovana Hayssa Ferreira Santos

Assinado eletronicamente pela o Autora e/ou Detentora dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Luciana Recart Cardoso

Assinatura eletrônica da orientadora

Documento assinado eletronicamente por:

- Jheovana Hayssa Ferreira Santos, 2020105231940024 - Discente, em 27/02/2024 23:25:44.
- Luciana Recart Cardoso, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 27/02/2024 22:16:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 577261

Código de Autenticação: d2da9a11c3



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Iporá

Av. Oeste, Parque União, 350, Parque União, IPORA / GO, CEP 76.200-000

(64) 3674-0400



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 129/2023 - GE-IP/CMPIPR/IFGOIANO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE CURSODE
JHEOVANA HAYSSA FERREIRA SANTOS

Aos onze dias, do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, em sessão pública, a banca examinadora designada na forma regimental pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação, para julgar o trabalho de curso intitulado “**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA ADOLESCENTES: UM CONVITE PARA DISCUSSÃO**”, apresentada pela acadêmica **Jheovana Hayssa Ferreira Santos** como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharela em Ciência da Computação. A banca examinadora foi presidida pela orientadora do trabalho de curso, professora **Ma. Luciana Recart Cardoso**, tendo como membros avaliadores: a professora **Ma. Lais Cândido Rodrigues da Silva Lopes** e o professor **Dr. Newarney Torrezão da Costa**. Aberta a sessão, a acadêmica expôs seu trabalho. Em seguida, foi arguida pelos membros da banca e:

(X) tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização do tema de seu trabalho de curso, a banca conclui pela **aprovação** da acadêmica, sem restrições.

() tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização do tema de seu trabalho de curso, a banca conclui pela **aprovação** da acadêmica, **condicionada a satisfazer as exigências** listadas na Folha de Modificação de Trabalho de Curso anexa à presente ata, no prazo máximo de 80 (oitenta) dias, a contar da presente data, ficando a professora orientadora responsável por atestar o cumprimento dessas exigências.

() não tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização do tema de seu trabalho de curso, a banca conclui pela **reprovação** da acadêmica.

Conforme avaliação individual de cada membro da banca, será atribuída a nota oito vírgula cinco (8,5) para fins de registro em histórico acadêmico.

Os trabalhos foram encerrados às quatorze horas e trinta e sete minutos. Nos termos do Regulamento do Trabalho de Curso do Curso de Bacharelado em Ciência da Computação do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá, lavrou-se a presente ata que, lida e julgada conforme, segue assinada pelos membros da banca examinadora.

Assinado eletronicamente

Luciana Recart Cardoso, Ma. Orientadora

Lais Cândido Rodrigues da Silva Lopes, Ma.

Newarney Torrezão da Costa, Dr.

Documento assinado eletronicamente por:

- Luciana Recart Cardoso, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2023 14:47:53.
- Newarney Torrezao da Costa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/12/2023 16:49:42.
- Lais Candido Rodrigues da Silva Lopes, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 12/12/2023 13:30:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 556165
Código de Autenticação: 7637aa2d9f



AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido saúde e capacidade para realizar este projeto.

Aos meus pais, que desde o início me ajudaram tanto com apoio emocional quanto financeiro, e sempre estiveram dispostos a me ouvir.

À minha orientadora, prof.^a Luciana Recart Cardoso, que me apoiou, ajudou e acompanhou toda a jornada deste projeto. Que além de uma ótima profissional, foi amiga e conselheira.

Aos professores convidados da minha banca Newarney Torrezão da Costa e Lais Candido Rodrigues da Silva Lopes.

Aos estagiários de apoio do NAPNE, que me acompanharam ao longo desse percurso, Lucas Alvino Silva Pires, Davi Ribeiro Sampaio e Marina Silva Ferreira.

DEDICATÓRIA

Dedico este projeto a minha mãe Maria da Guarda Ferreira, meu pai Deusamar Feitosa dos Santos e meus familiares.

EPÍGRAFE

“O mundo ainda é um lugar perigoso para
mulheres
Não somente por aqueles que covardemente
praticam a violência
Mas por aqueles que observam e deixam o mal
acontecer
Se você tem consciência sobre isso
Ficar em silêncio já não é mais um erro, é uma
escolha”
Alok

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a violência de gênero contra adolescentes e tem como objetivo abordar os principais conceitos relacionados a esse tema. A pesquisa baseou-se na análise de artigos e textos acadêmicos, explorando aspectos como discriminação, desigualdade, violência sexual, psicológica, patrimonial e moral contra as mulheres. A escolha desse assunto surgiu do interesse em pesquisar sobre os direitos das mulheres, igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher. O tipo de pesquisa realizado foi uma pesquisa bibliográfica, reunindo informações relevantes para compreender a violência de gênero.

Palavras-chaves: Violência de gênero, Violência de gênero e adolescentes, Maria da Penha na Escola.

ABSTRACT

The present work has as its theme gender-based violence against adolescents and aims to address the main concepts related to this topic. The research was based on the analysis of articles and academic texts, exploring aspects such as discrimination, inequality, sexual, psychological, patrimonial, and moral violence against women. The choice of this subject arose from an interest in researching women's rights, gender equality, and combating violence against women. The type of research conducted was a bibliographic research, gathering relevant information to understand gender-based violence.

Keywords: Gender-based violence, Gender-based violence and adolescents, Maria da Penha in School.

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

CEDAPS - Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde

CEJIL - Centro pela Justiça e o Direito Internacional

CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DSA - Detecção de Sexismo em Adolescentes

HQ - História em Quadrinhos

IF - Instituto Federal

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

Nº - Número

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

NEPEDS - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero do Instituto de Educação

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PL - Partido Liberal

Radfem - Feminismo radical

RS - Rio Grande do Sul

Sr^a - Senhora

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SSP-

GO - Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

VPI - Violência por parceiro íntimo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fatores gerais causadores da Violência de Gênero apontados por adolescentes.	32
Tabela 2 - Fatores gerais e por categoria causadores da Violência de Gênero apontados por adolescente.	32
Tabela 3 - Fatores causadores da violência de gênero apontados por adolescentes categorizados por elementos ambientais/sociais.	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivos.....	13
1.2 Justificativa e Relevância	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 O que é feminismo.....	17
2.2 O que é machismo	25
2.3 Ideologia de gênero	26
2.4 Violência de gênero	27
2.5 Violência de gênero na adolescência.....	28
2.6 Bullying e Cyberbullying na escola.....	33
2.7 Violência de gênero entre adolescentes no namoro.....	34
2.8 Violência de gênero nos relacionamentos afetivos entre jovens e adolescentes	36
2.9 Violência de gênero no ambiente escolar	37
2.10 A Lei Maria da Penha.....	38
2.11 Prevenção e combate à violência de gênero entre jovens e adolescentes.....	39
3. METODOLOGIA.....	41
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

Esta é uma introdução diferente, ao tratar de uma pesquisa realizada por uma acadêmica atendida pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), do IF Goiano - Campus Iporá.

Ligado à direção de ensino, o NAPNE surgiu no âmbito do IF Goiano em 2011, “após a promulgação do Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado nas Instituições de Ensino brasileiras”. (IF Goiano, online, 2019).

Dentre as políticas e ações implementadas pelo NAPNE, está a adaptação curricular, cujo objetivo é atender as necessidades individuais do estudante, de forma a contribuir para que tenha as condições fundamentais para efetivação satisfatória de aprendizagem. No diploma recebido nesses casos, consta uma observação e são especificados as áreas e campos de atuação profissionais nas quais o recém-formado está habilitado. (Paiva *et. al*, 2019).

No decorrer do curso, a estudante e principal autora deste trabalho, manifestou identificar-se por assuntos relacionados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero e combate à violência contra mulher. Em 2021, durante a pandemia de COVID-19, juntamente com outros estudantes, participou de um projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero do Instituto de Educação (NEPEDS). Tal projeto, objetivou esclarecer pautas e desmistificar estigmas sobre o feminismo com a utilização de uma linguagem contemporânea e coloquial via redes sociais. Esta experiência lhe propiciou momentos de estudos individuais e coletivos, bem como discussões que aprofundaram seus conhecimentos e provavelmente aumentaram sua inclinação pelo tema.

E, apesar de estar matriculada no curso de Bacharelado em Ciência da Computação, a adaptação curricular lhe possibilitou desenvolver seu trabalho de conclusão de curso (TCC) nesse tema, com o qual apresenta maior afinidade.

O trabalho passou por mudanças à medida que as limitações em sua execução eram percebidas. Essas adaptações foram realizadas com a intenção de que a estudante fosse a real protagonista no desenvolvimento de seu TCC. Não é suficiente cumprir com a legislação no sentido de acolher, se faz necessário dar ao estudante com necessidades educacionais especiais as condições para que tenha a garantia de promoção de suas potencialidades. Esse é um processo interativo, com observações que envolve o estudante, os seus colegas e o professor (Angelo, 2021).

A motivação para a realização deste trabalho foi a constatação de eventuais queixas e relatos de situações de violência de gênero vivenciadas entre estudantes dos cursos técnicos integrados ao médio do Instituto Federal Goiano (Campus Iporá). Tais situações chegaram à assistência estudantil e coordenação dos cursos e posteriormente, foram comunicadas à coordenação do NEPEDS campus Iporá.

O NEPEDS/IF Goiano, é vinculado a Pró-Reitoria de Ensino e em articulação com suas Pró-Reitorias de Pesquisas e Extensão. Instituído, em fevereiro de 2018, pela RESOLUÇÃO Nº 037/23/02/2018 e em cada campus do IF Goiano. É orientado que cada campus tenha um NEPEDS, que designado por Portaria, é um setor “propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, orientadas a estudos e práticas em educação da diversidade sexual e de gênero no âmbito da Instituição e em suas relações com a comunidade externa”. (IF Goiano, *online*, 2020).

Dessa forma, a escolha do tema deste TCC tem, além da afinidade da estudante e indicação da professora orientadora deste trabalho, que atualmente é membro do NEPEDS - campus Iporá.

Os estudos realizados partem do pressuposto de que a prática dessas violências, ações e atos aconteçam pelo desconhecimento da comunidade estudantil em relação às temáticas que envolvam violência gênero.

O objetivo desse trabalho foi elencar os principais conceitos ligados à violência de gênero contra adolescentes, bem como medidas de prevenção e estratégias de enfrentamento adotadas em ambiente escolar.

O tipo de pesquisa realizada foi a pesquisa bibliográfica, a qual é uma ferramenta essencial em diversos campos acadêmicos e científicos, fornecendo uma base para o

desenvolvimento de novos estudos e contribuindo para a construção do conhecimento em uma determinada área. (Rodrigues, 2023).

Espera-se que o produto desta pesquisa possa contribuir para o embasamento teórico inicial de outros trabalhos, bem como um convite para se pensar e desenvolver outros trabalhos sobre a temática aqui abordada.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Elencar os principais conceitos ligados à violência de gênero contra adolescentes, bem como medidas de prevenção e estratégias de enfrentamento adotadas em ambiente escolar.

1.1.2 Específicos

- Realizar uma revisão bibliográfica abrangente sobre os diferentes tipos de violência de gênero;
- Investigar manifestações da violência de gênero contra adolescentes;
- Compreender seus fatores determinantes, impactos psicossociais e possíveis mecanismos de perpetuação.

1.2 Justificativa e Relevância

A relevância deste trabalho parte da observação e levantamentos de registros e dados, em relação a queixas e registros de diferentes formas de infrações disciplinares que se enquadram violência de gênero, entre estudantes do Instituto Federal Goiano (Campus Iporá). A violência de gênero surge da discriminação e desigualdade entre homens e mulheres, abrangendo também a discriminação direcionada a lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

As práticas de violência de gênero, vêm por meio de questões que envolvem a masculinidade, por força física ou uso do corpo, porém, indo além de questões somente físicas (Barreto et al, 2009). A violência doméstica e familiar contra as mulheres se expressa na hierarquia de gênero, que torna as mulheres muito vulneráveis às agressões físicas e verbais, ameaças e os outros tipos de abuso. Tais como: sexual, estupro, aborto inseguro, homicídios,

constrangimentos e abusos em espaços públicos, o assédio moral e sexual nos locais de trabalho (Barreto et al, 2009).

Entretanto, a violência além de envolver mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outros, pode acontecer, infelizmente, com crianças e adolescentes (Diversidade, 2009).

A violência de gênero contra adolescentes é um fenômeno complexo influenciado por fatores individuais, interpessoais e sociais, incluindo normas de gênero, desigualdades estruturais e exposição a conteúdos midiáticos específicos. A compreensão desses elementos pode fornecer *insights* elementares para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção eficaz, bem como contribuir para a promoção de ambientes mais seguros e equitativos para os adolescentes.

No Brasil os índices são alarmantes de tantas violências contra a mulher, são diariamente apresentados pelos veículos de comunicação, com casos de várias torturas psicológicas, corporais e até mesmo assédio. A violência contra as mulheres tem sido um tema muito debatido, inclusive se tornando alvo de várias políticas públicas na tentativa de fazer com que a sociedade entenda e respeite os direitos das mulheres. (Engel, 2020).

Em 2019, o país apresentou uma disparidade geral de gênero, com valores próximos a 69%, dados extremamente preocupantes para os grupos que estão envolvidos nas violências geradas por desigualdade de gênero. Tivemos uma das maiores desigualdades de gênero da América Latina, com a posição de 22º lugar entre os 25 países que constituem a América Latina (Brasil, 2019). Para superar esse obstáculo, serão necessários no mínimo 59 anos para se alcançar a igualdade de gênero na América Latina. Por outro lado, na América do Norte (EUA e Canadá) serão necessários 151 anos, já na Europa Ocidental serão necessários 54 anos e na Ásia-Pacífica, 163 anos (Brasil, 2019).

Em Goiás, os dados de indicadores criminais até o início de agosto de 2023, apontam que foram registrados 31 crimes de feminicídio, 192 estupros, 8.204 ameaças e 5.671 de lesão corporal. Tais dados foram disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás (SSP-GO), evidenciando a gravidade da violência de gênero contra a mulher. (Assembleia..., 2023).

Segundo Sardenberg e Tavares (2016), abordar temáticas que envolvam a violência de gênero é de fundamental importância, uma vez que a violência de gênero se refere a qualquer

forma de violência (física, social ou simbólica) que se baseie na organização social dos sexos e seja cometida contra indivíduos devido ao seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual. Nessa perspectiva, a violência de gênero pode afetar tanto homens quanto mulheres, como no caso da violência contra homossexuais e transexuais, que são frequentemente vítimas de diferentes tipos de agressões. No entanto, histórica e numericamente, é a violência masculina contra mulheres, em particular a violência doméstica, que se destaca como fenômeno, visto que não só se apresenta como estruturada pela organização social de gênero nas sociedades contemporâneas, mas também como um fator estruturante dessas sociedades.

A violência de gênero é um problema social e de saúde pública que afeta principalmente as mulheres no Brasil. Segundo dados do Mapa da Violência 2019, a taxa de homicídios de mulheres no país é de 4,5 para cada 100 mil habitantes, sendo que a maioria desses crimes é cometida por parceiros ou ex-parceiros íntimos das vítimas (Brasil, 2019). Além disso, a violência de gênero também se manifesta em outras formas, como a violência sexual, psicológica, patrimonial e moral. Consequentemente, gerando impactos negativos na saúde física e mental das mulheres, podendo causar lesões, doenças crônicas, gravidez indesejada, transtornos mentais, entre outros problemas. Além disso, também limita a autonomia das mulheres e restringe o acesso delas aos recursos e serviços necessários para o seu bem-estar (Who, 2017).

A violência de gênero nas escolas é um problema grave que afeta milhares de estudantes em todo o mundo, podendo incluir uma ampla gama de comportamentos, como o assédio sexual, a intimidação, a violência física e psicológica e a discriminação com base no gênero. Esses comportamentos podem ter consequências negativas a longo prazo para a saúde física e mental dos estudantes, bem como para seu desempenho acadêmico. Diversas pesquisas demonstram que a violência de gênero dentro das escolas, são uma problemática crescente e generalizada. Estudos em vários países mostram que a maioria das meninas e mulheres experimentam algum tipo de violência de gênero durante a vida escolar (Plichta e Falik, 2001; Souza, 2017; Sharma e Choudhary, 2021). Da mesma forma, muitos meninos e homens são vítimas de violência de gênero, embora em menor grau do que as meninas e mulheres (Souza, 2017).

O Art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) obriga que os profissionais da saúde e educadores e educadoras comuniquem o fato às autoridades competentes. Em virtude de ser necessário, porque o ato de denunciar pode contribuir para a

interrupção do ciclo da violência contra a criança e ao adolescente, não denunciar pode causar o suicídio de crianças e adolescentes (Barreto *et al*, 2009), (Brasil, 1990). É importante salientar que as vítimas são predominantemente do sexo feminino: 76,9% das notificações de crianças e 92,7% das notificações de adolescentes nessas faixas etárias ocorreram entre meninas.

Segundo Gibbs (2015) a prevenção e o combate à violência de gênero dentro das escolas requerem uma abordagem multifacetada, para que essa intervenção se torne eficaz. Devendo incluir uma educação sobre gênero e igualdade de gênero, treinamento para professores e administradores escolares sobre como identificar e intervir na violência de gênero, apoio aos estudantes que foram vítimas de violência de gênero e políticas escolares claras e rigorosas que proíbam a violência de gênero e as consequências para aqueles que a cometem (Gibbs et al., 2015; UNESCO, 2017).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é uma revisão das pesquisas e das discussões de outros autores sobre o tema abordado no trabalho. Ou seja, a contribuição das teorias de outros autores para a pesquisa. A fundamentação teórica também é um texto organizado, com conteúdo conectado de maneira lógica.

2.1 O que é feminismo

O feminismo quer dizer conjunto de movimentos políticos, sociais, ideologias e filosofias que têm como objetivo comum: que são direitos equânimes e uma vivência humana por meio do empoderamento feminino e dos direitos das mulheres e da libertação de padrões patriarcais baseados em normas de gênero (Feminismo, 2023)

O movimento feminista é um movimento social, político e econômico que visa discutir e lutar pelos direitos das mulheres. O feminismo visa eliminar as diversas formas de opressão social enfrentadas pelas mulheres, visando alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. As origens do feminismo remontam ao século XIX, quando as primeiras vozes feministas começaram a se levantar em busca da igualdade de direitos civis e políticos. Desde então, o movimento tem evoluído e se ramificado em diferentes correntes e vertentes, cada uma com suas perspectivas e abordagens específicas (Silva e Neves, 2023).

Uma das principais demandas do feminismo é o reconhecimento e o respeito pela autonomia das mulheres, incluindo o direito de tomar decisões sobre seus próprios corpos, o acesso igualitário à educação, ao trabalho digno e remunerado, e a participação plena na vida política e pública. Além disso, o feminismo busca desafiar e desconstruir os estereótipos de gênero e as normas sociais que limitam as oportunidades e liberdades das mulheres. Isso envolve questionar as estruturas patriarcais que perpetuam desigualdades de poder e privilégios, tanto no âmbito pessoal quanto no coletivo (Hooks, 2020).

Diversas teorias feministas têm surgido ao longo do tempo, abordando questões como interseccionalidade, feminismo negro, feminismo liberal, feminismo radical, entre outras. Essas teorias e abordagens fornecem uma base para a análise crítica das relações de gênero e oferecem ferramentas para a transformação social (Collins, 2000).

O movimento feminista teve seu início, ainda bem diferente do que é hoje, diferente do século XIX. E a partir das mudanças trazidas pela Revolução Francesa, muitas mulheres começaram a tomar consciência das desigualdades a que eram submetidas e, pouco a pouco, começaram a questionar muitos modelos sociais e lutar para diminuir a desigualdade política e de direitos. (Como surgiu..., 2018)

2.1.1 Ondas do feminismo

Apesar de algumas críticas sobre sua periodização do movimento feminista, (Hemmings, 2009), no Brasil e em outros países, a história do movimento feminista é contada em ondas. Na primeira onda, torna-se o período de meados do século XIX como o início da primeira onda, devido já algumas manifestações e escritos sobre a igualdade, e ainda que os protestos tenham se acirrado publicamente, especialmente no início do século XX. (Hemmings, 2009).

Na segunda onda, nos países como o Estado Unidos e a França ganharam força num contexto de contestação política e cultural, no Brasil ocorreu no período da ditadura militar iniciada em 1964, especialmente a partir de meados de 1970. Alguns marcos da terceira onda são a Conferência de Beijing em 1995 (Conferência Internacional para Discutir os Direitos das Mulheres), assim como a interlocução entre Estado e sociedade civil possibilitada pelas Conferências e pelos Conselhos de Direitos.

Na terceira onda, surgem organizações não governamentais (ONG) que discutem temas como raça e diversidade sexual e fazem um trabalho relevante, e pode-se dizer que Marcam o que vai acontecer na próxima onda. Segundo Matos (2014), a quarta onda do feminismo brasileiro e latino-americano contaria com características tais como, a institucionalização das necessidades das mulheres e do feminismo, o processo de formação das ONG e das redes feministas e a oportunidade da luta trans ou pós-nacional (Matos, 2014).

Por esse motivo, é importante entender o movimento feminista em suas várias faces para que se tenha uma visão ampla das questões relacionadas à igualdade de gênero.

O movimento feminista não é indivisível e contém uma variedade de perspectivas, abordagens e objetivos, refletindo as diferentes experiências e desafios enfrentados por mulheres em todo o mundo.

2.1.2 Feminismo, ou feminismos?

Feminismo filosófico é o que nos sugere a pensar sobre o conceito, a ideia e o papel da mulher na sociedade. Sendo o feminismo filosófico o pilar de toda corrente feminista, é importante lembrar as figuras que marcaram o movimento feminista como a Mary Wollstonecraft, Simone de Beauvoir, Clara Campoamor, Maria Laffitte, Flora Tristán, Amelia Amorós e entre muitas outras precursoras (Ribeiro, 2022). O feminismo filosófico tem exigência em revisão histórica da filosofia, no qual as mulheres foram apagadas e excluídas (Bastardas, 2023).

2.1.3 Feminismo de igualdade

É o movimento comprometido em promover práticas sociais de igualdade entre mulheres e homens. Esse tipo de feminismo considera que a diferença de gênero é estritamente cultural, pelo que se pretende consolidar uma nova estrutura social baseada em valores democráticos e igualitários e que o feminismo da igualdade esteja 100% comprometido em uma agenda ativista (Ribeiro, 2022). Feminismo de igualdade é compartilhado com a ideia do transfeminismo que é nos desfazer do chamado papéis de gênero, e também é interpretado por influências da cultura e educação. E nesse feminismo segue como objetivo que as mulheres possam ter as mesmas condições que os homens (Bastardas, 2023).

2.1.4 Ecofeminismo

No conceito de ecofeminismo, a ecologia e o feminismo se agregam para combater duas premissas fundamentais: o patriarcado que pressiona tanto às mulheres quanto à natureza, devido às práticas capitalistas, as mulheres são responsáveis por proporcionar o cuidado com o meio ambiente. E, além disso, o ecofeminismo está intrinsecamente ligado ao feminismo marxista, uma corrente feminista que compartilha ideias sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, o capitalismo e o patriarcado (Ribeiro, 2022). Ecofeminismo veio da Europa no final do século XX, e como sua resposta é a base da apropriação do gênero masculino da agricultura e também da reprodução e tendo em vista a consequência a superexploração das

terras e a comercialização da sexualidade feminina. E os objetivos comuns são a igualdade de direitos e a abolição das hierarquias (Bastardas, 2023).

2.1.5 Feminismo abolicionista

O feminismo abolicionista é focado na luta pela repressão da exploração comercial e sexual do corpo feminino - tráfico de mulheres. Este movimento feminista busca a abolição da prostituição, pornografia e barriga de aluguel gestacional (Ribeiro, 2022). Este feminismo abolicionistas se destaca na luta contra a prostituição e a pornografia, classificando-as como de fato manifestações próprias do patriarcado (Bastardas, 2023).

2.1.6 Feminismo dissidente

O feminismo dissidente tem como objetivo garantir a equidade de direitos entre homens e mulheres. Este feminismo diverge dos outros femininos, como o feminismo marxista, o feminismo radical e entre outros, que combate às desigualdades e opressões sofridas pelas mulheres (Ribeiro, 2022). Feminismo dissidente não é unificado, por outro lado, o patriarcado não é visto de fato como a fonte de opressão e sua desigualdade de gênero, e se expressa com a necessidade de adaptar-se com o código para se alcançar a igualdade de gênero (Bastardas, 2023).

2.1.7 Feminismo marxista ou socialista

O feminismo marxista ou socialista analisa como o poder é estabelecido na sociedade, tendo como base os princípios teóricos de Marx. Ele destaca as condições econômicas e a realidade material como instrumentos de opressão. Esse tipo de feminismo busca entender como o sistema capitalista, que é dominante na sociedade, influencia de forma específica a hegemonia do patriarcado (Ribeiro, 2022). O feminismo marxista, inspirado na teoria marxista, analisa a formação e manutenção do poder na sociedade, destacando a interconexão entre as condições econômicas e a opressão. Essa abordagem enfatiza como o sistema capitalista contribui para a continuidade do patriarcado, revelando a influência das estruturas econômicas na perpetuação da desigualdade de gênero (Bastardas, 2023).

2.1.8 Feminismo liberal

É aquela corrente que considera que graças ao sistema capitalista e ao liberalismo as mulheres têm ferramentas suficientes para se libertarem da opressão do patriarcado e serem completamente independentes. É importante marcar que o lado oposto do feminismo marxista se encontra o feminismo liberal (Ribeiro, 2022). O feminismo liberal é uma vertente do movimento feminista que busca atingir a igualdade de gênero por meio de uma abordagem política e social fundamentada nos princípios do liberalismo. Enfatizando os direitos individuais, a liberdade de escolha e a autonomia das mulheres, essa corrente defende que as mulheres tenham oportunidades e direitos equivalentes aos homens (Bastardas, 2023).

2.1.9 Feminismo radical

O feminismo radical, também conhecido como radfem, é um movimento que surgiu nos anos 60. Busca investigar as raízes da opressão das mulheres, afastando-se de extremismos. Para o feminismo radical, a opressão está enraizada nas estruturas sociopolíticas e econômicas que perpetuam a discriminação contra as mulheres, assim como outras formas de discriminação, como o racismo ou o classismo (Ribeiro, 2022). O feminismo radical é uma corrente do movimento feminista que se dedica a analisar e confrontar as raízes estruturais da opressão de gênero. Seu foco está na compreensão da opressão das mulheres como uma consequência de estruturas sociais e culturais patriarcais, que favorecem os homens e perpetuam a desigualdade de gênero. As feministas radicais defendem a ideia de que a opressão das mulheres é intrínseca à sociedade e argumentam que alcançar a igualdade de gênero requer alterações fundamentais na estrutura social e na ordem patriarcal (Bastardas, 2023).

2.1.10 Feminismo da diferença

O feminismo da diferença defende que a diferença de gênero é algo libertador para as mulheres. Essa corrente não busca se igualar aos homens, mas reconhece as características únicas das mulheres como base para criar uma nova estrutura social (Ribeiro, 2022). O feminismo da diferença, surgido nos anos 90, difere da abordagem igualitária ao destacar a importância das diferenças entre homens e mulheres. Sua origem está na crítica à linguagem e

na reivindicação de valores distintos para cada gênero, argumentando que as mulheres não devem ser tratadas como homens. Este movimento busca uma ruptura radical com o sistema patriarcal, visando transformar a concepção global do mundo, indo além de simplesmente abordar questões de gênero ou resgatar mulheres específicas. Seu objetivo é ampliar a luta para uma dimensão política mais abrangente (Bastardas, 2023).

2.1.11 Feminismo pró-vida

É aquele que apoia todas as chaves do feminismo, exceto o apoio do aborto. O feminismo pró-vida defende a luta pela eliminação de qualquer desigualdade econômica que para muitas mulheres, pode ser um fator decisivo para impedi-las de recorrer ao aborto (Ribeiro, 2022). O feminismo pró-vida é uma vertente que, dentro do movimento feminista, se posiciona contra o aborto. Ao mesmo tempo, defende a igualdade de gênero e busca oportunidades equitativas para homens e mulheres. Destaca a importância de preservar a vida dos mais vulneráveis, argumentando que o princípio da igualdade não deve preceder a vida. Além disso, questiona os benefícios do aborto. (Bastardas, 2023).

2.1.12 Ciberfeminismo

O ciberfeminismo é uma corrente feminista que valoriza o papel das mulheres no desenvolvimento tecnológico. Visa criar espaços inclusivos por meio da educação, ciberespaço e design industrial. Essas áreas, muitas vezes, excluem ou invisibilizam as mulheres. O ciberfeminismo promove a igualdade de gênero nessas esferas e tem em vista ampliar a participação feminina no campo da tecnologia (Ribeiro, 2022). O ciberfeminismo é uma manifestação da quarta onda do feminismo, explorando a construção dos conceitos de gênero na comunidade virtual através das redes sociais e da Internet. Utilizando as características únicas dessas plataformas, busca transcender os papéis de gênero tradicionalmente definidos (Bastardas, 2023).

2.1.13 Feminismo lésbico

O feminismo lésbico questiona a ideia de que a heterossexualidade é a norma, destacando como isso reforça papéis de gênero. Com vistas a aplicar princípios que vão além da concepção tradicional heteronormativa (Ribeiro, 2022). O feminismo lésbico destaca que a

normatização da heterossexualidade na sociedade perpétua os papéis de gênero tradicionais, responsabilizando os princípios heteronormativos por contribuírem para a desigualdade de gênero (Bastardas, 2023).

2.1.14 Feminismo negro

É um movimento que promove direitos iguais principalmente para as mulheres negras. O feminismo negro nasceu na década 60 da mão da luta pelos direitos civis da população afro-africana, e uma vez as que as mulheres não eram levadas em cargos para assumir a liderança política. O feminismo negro se fundamenta no fato de tanto classismo, racismo e sexismo estão intimamente ligados e entende-se que a luta dos direitos das mulheres negras é também uma luta por todas as pessoas oprimida pela discriminação nestes sentidos (Ribeiro, 2022). O feminismo negro concentra-se na condição das minorias raciais, destacando a discriminação como um desafio para alcançar a igualdade de gênero. Esse movimento argumenta que o racismo e o patriarcado desempenham papéis influentes na configuração dos papéis de gênero (Bastardas, 2023).

2.1.15 Feminismo factual ou científico

É baseado na biologia e no estudo da psicologia evolutiva. O feminismo factual ou científico destaca-se a oposição à ideia de que as únicas diferenças entre homens e mulheres são culturais, uma vez que as diferenças biológicas de gênero são reconhecidas (Ribeiro, 2022). O feminismo factual ou científico, originado na psicologia evolutiva, reconhece as diferenças biológicas entre os sexos, mas destaca que tais diferenças não devem justificar a desigualdade de gênero. Seu foco é promover uma sociedade inclusiva, buscando garantir direitos iguais para homens e mulheres (Bastardas, 2023).

2.1.16 Anarcofeminismo

O anarcofeminismo é uma corrente política que busca a liberdade em todas as áreas da vida, incluindo social, política e econômica, e luta pela igualdade de gênero, inspirando-se nos

princípios do anarquismo (Ribeiro, 2022). O anarcofeminismo surgiu no final da segunda onda feminista nos anos 60, sendo uma vertente radical que identifica o sistema patriarcal como a raiz do problema, perpetuando autoritarismo e opressão masculina sobre as mulheres. Defende a oposição a todas as manifestações do patriarcado, considerando essas estruturas intrinsecamente opressivas (Bastardas, 2023).

2.1.17 Feminismo cultural

O feminismo cultural é um movimento que engloba diversas correntes e visa o empoderamento das mulheres no contexto da contracultura feminina. Essa corrente considera que as mulheres possuem uma conexão especial e um vínculo com a natureza devido ao papel de mãe, e também defende a ideia de que as mulheres são moralmente superiores aos homens (Ribeiro, 2022). O feminismo cultural sustenta a ideia de superioridade moral das mulheres em relação aos homens, enfatizando o vínculo das mulheres com a natureza devido à maternidade. Este ramo do feminismo desafia as normas tradicionalmente impostas às mulheres, propondo uma perspectiva que diverge das expectativas sociais convencionais (Bastardas, 2023).

2.1.18 Feminismo separatista

O feminismo separatista é uma corrente que se baseia no feminismo lésbico e defende a ideia de separação entre homens e mulheres para permitir que as mulheres alcancem seu pleno potencial. Dentro do feminismo separatista, existem duas tendências: o separatismo geral, que busca a separação em todos os aspectos da vida, e o separatismo lésbico, que enfoca especificamente a separação das relações heterossexuais (Ribeiro, 2022). O feminismo separatista é uma forma radical que se afasta do princípio de igualdade entre os gêneros. Defendendo a ideia de que as mulheres devem se distanciar completamente dos homens, esta vertente preconiza a exclusão de qualquer relação com o sexo masculino. Além disso, destaca o lesbianismo como a única alternativa considerada adequada para o pleno desenvolvimento da sexualidade feminina (Bastardas, 2023).

2.1.19 Transfeminismo

O transfeminismo está ligado a teorias de gênero mais radicais e argumenta que o gênero é uma construção social, destinada a fazer com que as pessoas se conformem com papéis e normas na estrutura social. O transfeminismo busca não apenas a libertação das mulheres heterossexuais, mas também a equidade e igualdade para todas as pessoas, independentemente de seu gênero (Ribeiro, 2022). O transfeminismo é uma vertente contemporânea do feminismo que se alinha com as premissas do feminismo radical, assim como o feminismo abolicionista. No entanto, o transfeminismo destaca-se por não aceitar a concepção tradicional da transexualidade, argumentando que as noções de masculinidade e feminilidade são construções sociais que contestam (Bastardas, 2023).

2.2 O que é machismo

Machismo é a crença e comportamento que promove a superioridade masculina e desvaloriza as mulheres, negando-lhes igualdade de direitos. O pensamento machista é cultural e inerente aos diversos aspectos de uma sociedade, como a política, a religião, a família, a mídia, as artes, etc. (Machismo, 2019)

2.2.1 História (raízes)

"Ideias e práticas machistas" são insignificantes quando comparadas ao "machismo estrutural", que é a forma pela qual a construção, a organização, a disposição e a ordem dos elementos do corpo social dão sustentação à dominação patriarcal (Butler, 1990). O machismo estrutural é um sistema organizado de controles e operações que produz, significa, hierarquiza e trata o "masculino" como valor fundamental da moral e, em consequência disso, o "feminino" como inferior ao "masculino" em seus desdobramentos mais evidentes: a mulher como inferior ao homem, os demais gêneros como aberrações ou invisíveis (Connell, 2005). Entendemos que o machismo é estrutural, pois os mais diversos aspectos da vida social e subjetiva são encharcados/impregnados por seu paradigma.

O paradigma machista (patriarcal, ocidental, se quiserem) é baseado no conhecimento racional como único válido (que, como veremos, desencarilha no racionalismo), na hierarquia, na obediência decorrente - como que natural - desta hierarquia e autoridade, legitimada pelo pressuposto tautológico de que a autoridade por ser autoridade (Hooks, 2004). E se o machismo é uma estrutura de produção de normalização, de moral, ele é um sistema cujos valores são aceitos por convicção íntima das pessoas.

A hierarquia da moral machista é baseada na construção social do "feminino" como sendo a audiência ou a negação do "masculino" (Lorber, 2012). Os estereótipos são histórias incompletas que, no caso sejam contadas, podem limitar a perpetuação do conhecimento. Ainda que as raízes do pensamento da sociedade tenham origem em um contexto histórico preconceituoso e cheio de estereótipos a serem vencidos, faz-se necessário partilhar um conhecimento para que as gerações tenham acesso aos verdadeiros significados da luta pela democracia (Scott, 1988).

2.2.2 Efeitos do machismo

O machismo causa efeitos significativos na saúde mental das mulheres, resultando em dificuldades emocionais, cognitivas e comportamentais, como baixa autoestima, sensação de insegurança, estresse pós-traumático, quadros depressivos, episódios de ansiedade e outros distúrbios psicológicos. Além disso, ele resulta em desigualdade de direitos, disparidade salarial, violência, assédio, estupro, objetificação e outros efeitos prejudiciais. É fundamental combater o machismo para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres possam viver sem medo e com dignidade (Machismo, 2022).

2.3 Ideologia de gênero

A expressão "ideologia de gênero" é mais frequentemente utilizada pelos críticos das perspectivas que limitam os gêneros como construções sociais. Os críticos usam essa expressão para desacreditar ou questionar a ideia de que a identidade de gênero é uma construção social. (Beatriz *et al.*, 2023)

Portanto, quando se fala em "ideologia de gênero", geralmente se refere a uma visão crítica que argumenta contra a ideia de que os papéis de gênero, comportamentos e identidades são principalmente moldados por fatores sociais e culturais. Os críticos que usam esse termo

frequentemente defendem a visão de que existem características de gênero inerentes e imutáveis, muitas vezes associadas a argumentos tradicionais ou religiosos. (Beatriz *et al.*, 2023)

Por outro lado, aqueles que defendem a ideia de que os gêneros são construções sociais frequentemente rejeitam o termo "ideologia de gênero", considerando-o pejorativo e argumentando que sua posição é baseada em evidências científicas e sociais, em vez de ser apenas uma ideologia.

A centralidade que a palavra “ideologia” assumiu nesse discurso merece maior atenção. Scala começou seu livro com:

“La ideología del género.” O el género como herramienta de poder. De acordo com o autor, a “ideologia de gênero” é um ferramenta política-discursiva de alienação com as seguintes dimensões globais que busca estabelecer um modelo totalitário com a finalidade de forjar uma origem adulterada a provocar a alteração das pautas morais e desembocar na sociedade. (Miskolci e Maximiliano, p.1 2017 apud Scala, p. 8, 2010).

A finalidade do livro é despertar a consciência adormecida, e ajudá-los a trabalhar por um mundo melhor. E nesse aspecto provocou um grande impacto, e não foi só na Argentina, onde foi publicada pela 1ª vez, mas em outros países e tendo sido traduzido na língua portuguesa. E que o combate a chamada ideologia de gênero cada vez ganha mais destaque em escala global, na Europa e na América Latina que está associado às discussões que girou em torno da saúde reprodutiva das mulheres, a educação sexual, ou de reconhecimento de identidades não heterossexuais, e outras questões. E nos avanços dos direitos sexuais e reprodutivos, vale realçar que o combate à ideologia de gênero é mais recente em vários países europeus, e exibe seus supostos perigos só em 2008.

2.4 Violência de gênero

A violência de gênero tem sua origem no preconceito e desigualdade entre homens e mulheres, que também pode acontecer com a discriminação de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. As práticas de violência de gênero, vêm por meio de questões que envolvem a masculinidade, por força física ou uso do corpo, porém, indo além de questões somente físicas (Barreto *et al.*, 2009).

Com a seguinte promulgação da Lei Maria da Penha, que é a principal política pública brasileira de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres, que é considerado

problema da violência de gênero, que ganhou reconhecimento social. A Lei possui o mérito de contemplar uma abordagem integral da violência, tipo: ações transversais e multidisciplinares, punição e criminalização de condutas de agressores. E que desde a sua promulgação, em 2006, a taxa de feminicídios no Brasil vive aumentando, embora em ritmos lentos antes da vigência da lei.

A violência doméstica e familiar é uma ameaça complexa e multifacetada, originando de interações de diversos fatores que são sociais, econômicos, psicológicos, culturais e pessoais. E que essas características têm sido interligadas que culminam na manifestação da violência. Ressalta-se que a mulher carrega estigmas de seu lugar na sociedade que perpassam ao público. De acordo com: Venturini, Recamán e Oliveira (2004, p.31) é uma expressão “reveladora de uma longa história de constatações de exclusões e humilhações extensivas para as mulheres”. E ainda segundo Venturini, Recamán e Oliveira (2004, p.32) de privado, a mulher “carrega sua essência num órgão específico, que é o útero, capaz de responder seus bons e maus funcionamentos fisiológicos, psíquicos e emocionais”.

A violência contra as mulheres é uma grave violação aos direitos humanos, perpetrada há muitos séculos, infelizmente é presente em diversos povos e culturas, mas que adquiriu viabilidade a partir do século XX (Alves, 2005; Dias, 2012).

A partir da evolução do pensamento feminista, a pesquisa sobre famílias confirma que o ambiente doméstico pode ser propício ao desenvolvimento de conflitos, potencialmente se agravando e resultando em episódios de violência doméstica e familiar.

A violência doméstica contra as mulheres possui a particularidade de constituir-se a partir de um o conceito abordado é um padrão repetitivo caracterizado por controle e dominação, em contraste com agressões pontuais, conforme descrito por Day et al. (2003).

2.5 Violência de gênero na adolescência

A Organização das Nações Unidas (ONU) define violência de gênero como qualquer ato baseado no gênero que cause danos físicos, sexuais ou psicológicos a uma mulher, abrangendo ameaças, coerção e privação arbitrária da liberdade, tanto em ambientes públicos quanto privados (Assis, 2013).

A violência de gênero pode afetar tanto homens quanto mulheres, mas geralmente as mulheres são mais frequentemente vítimas e os agressores são homens. A falta de comunicação,

vícios em drogas e álcool, bem como o machismo e a desigualdade de gênero, são fatores que contribuem para essa violência (Assis, 2013).

Uma pesquisa realizada por Assis (2013), com o objetivo de “estudar as representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes, especialmente sobre seus fatores causais, de resolução e sua percepção na cultura midiática musical”. (Assis, p. 235, 2013). Foi aplicado um questionário com três perguntas abertas à 1200 adolescentes com idades entre 12 a 17 anos e para a análise dos dados, foi usada a técnica de análise de conteúdo.

O questionário era formado pelas seguintes questões: “1- Cite trechos de músicas que falam do tema de conflitos e violência entre homens e mulheres; 2- O que leva à violência entre homens e mulheres? 3) O que pode resolver tal situação?” (Assis, p. 235, 2013).

A pesquisa revelou que a perspectiva dos elementos que causam, ou seja, aqueles que lidam com as violências de gênero, mesmo quando conectadas a fatores ambientais, tais como drogas, e fatores culturais, como o machismo, parece ter uma mudança significativa do nível interpessoal para o nível de serviços e políticas públicas, além de indicar a necessidade de mudanças mais amplas e culturais.

Dentre as percepções de naturalização e romantização da violência, surgiram os termos "tempero" da relação amorosa, que podem ser facilmente identificados, através da evocação dos próprios adolescentes, a trechos do cancionário popular que abordam a relação amorosa como uma ordem do machismo, uma confusão de papéis agressor/vítima e uma mistura conflituosa de afetos amorosos e agressivos. (Assis, 2013).

As representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes, especialmente sobre seus fatores causais, de resolução e sua percepção na cultura midiática musical. A partir dos elementos encontrados, a pesquisa concluiu que a identificação de algumas características das representações sociais dos adolescentes sobre as relações de gênero e, nelas, as formas geradoras e de enfrentamento da violência. Foi percebida também a reprodução do discurso e práticas hegemônicas, percebidas na cultura musical parecendo terem atribuição de causalidade. (Assis, 2013).

A Tabela 1, mostra os dados revelados pela pesquisa de Assis (2013) sobre a percepção dos adolescentes entrevistados em relação a sua percepção dos fatores que geram violência de gênero de modo geral. A Tabela 2, mostra os fatores gerais causadores da violência de gênero e por categoria subdividido em fatores interpessoais, elementos ambientais/sociais e culturais; segundo a percepção dos adolescentes participantes da pesquisa. Por último, a Tabela 3, mostra

os elementos ambientais/sociais motivadores de violência de gênero identificados pelos adolescentes envolvidos no estudo.

Tabela 1 - Fatores gerais causadores da violência de gênero apontados por adolescentes.

FATORES CAUSAIS	QUANTIDADE
Falta de comunicação/diálogo	41
Vícios em drogas, álcool etc	39
Machismo/Desigualdade de gêneros/Submissão da mulher	38
Falta de respeito/consideração/compreensão, intolerância	36
Ciúmes	33
Falta de paciência, ignorância, estupidez, raiva	25
Discussões/Brigas	21
Falta de confiança	13
Traição/infidelidade/galinhagem	12
Diferença de opiniões/discórdia/desentendimento/conflitos	9
Estresse do dia-a-dia	7
Falta de amor/carinho	7
Má educação/falta de estrutura familiar	5
Mentiras/enganação	5
Desunião	3
Disputa por superioridade	3
Falta de Dinheiro	2
Violência doméstica/transtornos familiares	2
Falta de Deus	1
A mulher fazer algo errado em casa	1
Insatisfação	1
Mulher folgada	1
Intromissão da família na vida do casal	1
Falta de valores	1
Filhos	1
Falta de inteligência	1
Total	309

Fonte: Assis (2013, p. 235).

Tabela 2 - Fatores causadores da violência de gênero apontados por adolescentes categorizados por elementos interpessoais.

CATEGORIA 1 – ELEMENTOS INTERPESSOAIS	QUANTIDADE
Falta de comunicação/diálogo	41
Falta de respeito/consideração/compreensão, intolerância	36
Ciúmes	33
Falta de paciência, ignorância, estupidez, raiva	25
Discussões/Brigas	21
Falta de confiança	13
Traição/infidelidade/galinagem	12
Diferença de opiniões/discórdia/desentendimento/conflitos	09
Falta de amor/carinho	7
Mentiras/enganação	5
Desunião	3
Disputa por superioridade	3
Insatisfação	1
Mulher folgada	1
Falta de inteligência	1
Total/Categoria	211

Fonte: Assis (2013, p. 235).

Tabela 3 - Fatores causadores da violência de gênero apontados por adolescentes categorizados por elementos ambientais/sociais.

CATEGORIA 2 – ELEMENTOS AMBIENTAIS/SOCIAIS	
Vícios em drogas, álcool etc	39
Estresse do dia-a-dia	7
Violência doméstica/transtornos familiares	2
Dinheiro (falta)	2
A mulher fazer algo errado em casa	1
Filhos	1
Intromissão da família na vida do casal	1
Total/Categoria	54
CATEGORIA 3 – ELEMENTOS CULTURAIS	
Machismo/Desigualdade de gêneros/Submissão da mulher	38
Má educação/falta de estrutura familiar	5
Falta de Deus	1
Falta de valores	1
Total/Categoria	44
TOTAL GERAL	309

Fonte: Assis (2013, p. 235-236).

Elementos como a falta de educação da sociedade, a aprendizagem familiar da violência, o pensamento egoísta e o uso de drogas podem contribuir para a ocorrência da violência. A esse conjunto de fatores, soma-se ainda aqueles ambientais/sociais, especialmente os locais onde ocorre a violência, junto a própria família (Assis, 2013).

Essa afirmação é corroborada pela pesquisa de Koller (1999), onde destaca-se o espaço familiar, seguido da escola e da mídia. Ou seja, os adolescentes estão imersos em imagens, situações e relações violentas em diversas situações do cotidiano, o que pode trazer

consequências para sua socialização e formação de uma “identidade violenta”, em especial, nas suas relações de gênero.

Em 2020, foi realizada uma pesquisa, por Paungartner e outros (2020), do tipo quantitativa descritiva e documental, epidemiológica, acessando os registros públicos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)/ Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). A pesquisa teve como objetivo “analisar as agressões contra crianças e adolescentes no Brasil de 2009 e 2017”. (Paungartner et al., 2020, p. 1).

Os resultados apontaram que ocorreram 645.393 notificações de violência contra crianças e adolescentes, sendo que quando selecionados por sexo, faixa etária, local onde aconteceu a agressão e vínculo com o agressor. A análise epidemiológica revelou que a maioria das vítimas são do sexo feminino, com idades entre 15 e 19 anos, agredidas em casa, na maioria das vezes pelos pais (Paungartner et al., 2020)

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema complexo com múltiplas causas, incluindo fatores sociais, econômicos e culturais. Para abordar esse problema, é essencial analisar cuidadosamente as diversas variações que ocorrem para o abuso e à exploração sexual. Além disso, é importante considerar que o tabu e o silêncio em torno desse assunto tornam difícil referir uma causa específica, como pobreza ou região geográfica (Childhood Brasil, 2015).

Os fatores indutores da violência sexual devem ser compreendidos em conjunto com influências sociais e culturais, contextos históricos e características econômicas. Isolar um único fator, como a pobreza, não é suficiente para explicar a ocorrência desse tipo de violência. Aspectos culturais, incluindo questões de gênero, rituais de iniciação sexual, tradições específicas de grupos e a erotização infantil, desempenham um papel significativo. Embora a maioria dos casos de abuso sexual seja perpetrado por homens contra meninas, é importante destacar que contra meninos também ocorrem, mas são menos denunciados devido ao estigma associado (Childhood Brasil, 2015).

A falta de políticas públicas para atender aos meninos dificulta ainda mais a notificação e o encaminhamento desses casos. A violência, em suas diversas manifestações, muitas vezes é enraizada em relações de poder em relação à vítima, seja de natureza econômica, geracional, de força física, de classe social ou de gênero. Enfrentar a violência sexual requer uma abordagem cuidadosa, evitando grupos estigmatizadores, cenários ou causas específicas. A

violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema complexo, relacionado a causas sociais, econômicas e culturais (Childhood Brasil, 2015).

Entender as diversas variações que os desvios para o abuso são cruciais, considerando que fatores como pobreza, gênero, rituais culturais e poder são combinados de maneira única em diferentes contextos. Apesar da maioria dos casos envolverem vítimas do sexo feminino e autores do sexo masculino, evidentemente contra meninos também ocorreram, muitas vezes não sendo denunciadas devido ao constrangimento e à falta de políticas específicas. A violência, plural em suas manifestações, está ligada às relações de poder, seja econômica, geracional, física, social ou de gênero. Enfrentar esse problema requer uma análise cuidadosa de todos esses fatores, evitando a rotulação de grupos ou causas. (Childhood Brasil, 2015).

2.6 Bullying e Cyberbullying na escola

A violência, como características socialmente construídas, manifesta-se de maneira variada dependendo da estrutura social em que ocorre. É um complexo com múltiplas causas, predominantemente de natureza sociopolítica. Seus efeitos se estendem à saúde pública, influenciando o bem-estar tanto individual quanto coletivo, conforme indicado por pesquisadores como Minayo (2013) e Stelko-Pereira e Williams (2010).

Ao contrário do bullying, que geralmente ocorre no ambiente escolar e é limitado a um contexto específico, o cyberbullying envolve agressões disseminadas em larga escala através de plataformas digitais e redes sociais (Wendt e Lisboa, 2014).

O livro “Cyberbullying: Uma brincadeira de mau gosto” é em forma de história em quadrinhos (HQ), contém histórias curtas que exemplificam situações de cyberbullying de forma descomplicada. A primeira história fala da criação de perfis falsos para atacar a vítima, enquanto a segunda história mostra a criação de um Website para atacar pessoas com deficiências. A terceira HQ traz uma situação de gordofobia, enquanto a última trata do cyberbullying enfrentado nos games virtuais. Na procura de estratégias de gestão da sala de aula que possibilitem a criação de um ambiente promotor das aprendizagens, verifica-se que, cada vez mais, profissionais, na área da educação (formadores, investigadores, educadores e professores) encontram nas neurociências, algumas respostas às suas questões (Pereira e França, 2023).

2.7 Violência de gênero entre adolescentes no namoro

A violência durante as relações de namoro não é uma problemática rara e que apesar de ter grande relevância social, a violência de gênero nos relacionamentos dos adolescentes é um tema recente na literatura científica. Privilegiamos a dimensão qualitativa na pesquisa social para compreender o objeto de estudo, aprofundando a complexidade dos fenômenos e processos específicos de grupo, como as relações afetivas e os conflitos e violências durante o namoro de adolescentes (15 a 19 anos). Estamos adotando uma abordagem específica (hermenêutico-dialética) e utilizando um método particular (interpretação de sentidos) para entender como os adolescentes interpretam e atribuem significado às suas relações afetivas, conflitos e situações de violência no namoro, considerando uma variedade de perspectivas. E que a compreensão dos significados dados pelos adolescentes às suas relações afetivas e situações de violência no namoro apontam diferentes faces da violência simbólica (Bittar e Nakano, 2017)

A violência de gênero nas relações casal na juventude e adolescência, conhecida como violência no namoro, é extremamente significativa nesta fase do ciclo vital, que pela relevância atribuída à constituição do casal, que pela concepção idealizada do amor romântico, sendo esta sincrônica aos sistemas familiares mais tradicionais, como condição de manutenção da própria relação que molda os sentimentos afetivos (Rodríguez, Mercado e Morales, 2020).

A pesquisa de Rodríguez, Mercado e Morales (2020) visa comparar a evolução da percepção da violência de gênero em jovens e adolescentes em Castela-La Mancha. É importante acentuar que a obra descreve as crenças que os jovens e adolescentes de Castela-La Mancha têm sobre a violência de gênero nas relações de casal, bem como sobre as atitudes sexistas em relação às qualidades e papéis dos homens e das mulheres, fornecendo dados do ambiente familiar de gênero, socializando a aprendizagem e considerando duas investigações realizadas em dois momentos (2010 e 2019).

A violência de gênero entre adolescentes e jovens não é uma questão substancial, como mostram as contribuições técnico-científicas respaldadas pela literatura científica e pelos dados produzidos pelos assassinatos de mulheres nessas faixas etárias executadas por seus parceiros afetivos. Se torna indiscutível que a violência de gênero é um flagelo nacional e internacionalmente dado o número de mulheres que morrem todos os anos às mãos dos seus parceiros ou ex-parceiros (Rodríguez, Mercado e Morales, 2020).

E que no caso da Espanha, segundo dados do Ministério da Presidência, Relações com os Tribunais e Igualdade (2018), mais de mil e seiscentas mulheres foram vítimas de violência de gênero, números que continuam a aumentar no dia a dia. O trabalho pretende analisar o

fenômeno da violência de gênero durante o namoro através das experiências de uma amostra heterogênea de mulheres, de forma a obter algumas conclusões e, posteriormente, apresentar algumas orientações e recomendações para a erradicação da violência de gênero. É importante relevar que a maioria das pessoas inquiridas definiu violência de gênero como: “Um padrão de comportamento em que o parceiro ou ex-parceiro utiliza força física e/ou sexual, coesão, ameaças, intimidação, isolamento, abuso emocional ou econômico para controlar o parceiro”.

A violência no namoro entre os jovens tem sido objeto de estudos por parte das comunidades científicas há alguns anos, devido ao seu aumento substancial, conforme apontado por Strauss em 2004. Embora a violência não seja um fenômeno recente, ganhou destaque e passou a ser reconhecida como um grave problema social há alguns séculos (Oliveira, 2021).

De acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002, a violência pode ser categorizada em três tipos distintos (Oliveira, 2021):

- Violência Autodirigida: refere-se aos atos de violência infligidos sobre si mesmo, como o suicídio ou o autoabuso.
- Violência Interpessoal: é perpetrada por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de pessoas e inclui formas de violência presentes no namoro, na família e no ambiente doméstico.
- Violência Coletiva: ocorre quando executada por grandes grupos, como grupos políticos, terroristas ou milícias. Também é conhecida como violência social, política e econômica.
- A violência nas relações de intimidade, incluindo as relações de namoro, não é diferente e está presente em toda a sociedade desde tempos remotos.

Nesse contexto, a violência no namoro pode manifestar-se através de diferentes formas (Oliveira, 2021):

- Violência Física: envolve agressões corporais que podem ou não deixar marcas visíveis, com o objetivo de causar danos físicos à vítima. Exemplos dessas agressões incluem empurrões, bofetadas e espancamentos.
- Violência Psicológica/Emocional: refere-se a padrões de comunicação verbal e não verbal com a intenção de causar intimidação e medo na vítima. Isso pode ser alcançado por meio de insultos, ameaças verbais, isolamento, ciúmes excessivos, manipulação, controle, submissão, humilhação, destruição ou dano aos pertences pessoais da vítima, entre outros comportamentos abusivos.

- **Violência Verbal:** embora muitos autores associem a violência verbal à violência psicológica, Umar (2017) a especifica como ações que envolvem humilhação, desprezo, ofensas e palavras de baixo calão durante discussões.
- **Violência Sexual:** essa forma de violência ocorre através de coerção ou abuso/violação. É comum que um dos parceiros force o outro a ter relações sexuais contra sua vontade ou o toque de maneira inadequada sem o consentimento. Segundo estudos, esse tipo de violência é menos denunciado, pois as vítimas podem sentir-se obrigadas a satisfazer seus parceiros por estarem em um relacionamento afetivo com o agressor.

2.8 Violência de gênero nos relacionamentos afetivos entre jovens e adolescentes

O jogo *Papo Reto* foi concebido como uma ferramenta pedagógica que tem como foco principal promover o protagonismo dos adolescentes, estimular o pensamento crítico-reflexivo e facilitar a construção do conhecimento. Esses objetivos são alcançados por meio da ludicidade e da interação proporcionadas pelo jogo. Um dos aspectos abordados pelo jogo é a construção social da sexualidade, considerando os diversos elementos sociais que influenciam as concepções e expressões de masculinidade e feminilidade. Através dessa abordagem, busca-se ampliar a compreensão dos adolescentes sobre essas questões, incentivando a reflexão e o diálogo (Cecchetto, Ribeiro e Oliveira, 2010).

A pesquisa realizada pelos autores Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2010) em torno do jogo "*Papo Reto*" tem como propósito específico identificar e analisar a percepção dos estudantes em relação a temas sensíveis, como sexo, sexualidade e violência sexual. O enfoque é dado à abordagem não violenta e equitativa desses temas. Através da pesquisa, foi possível constatar que o jogo, enquanto dispositivo lúdico, oferece uma oportunidade única de captar temas que refletem as necessidades, vulnerabilidades e desafios enfrentados pelos adolescentes em suas realidades, especialmente no contexto das relações íntimas. Além disso, os comentários produzidos pelos adolescentes que utilizaram o jogo online revelaram posicionamentos em relação à Violência por Parceiro Íntimo (VPI), contribuindo para uma maior compreensão desse fenômeno.

Busca-se apresentar reflexões teóricas à luz da perspectiva sistêmica, sobre conceitos da violência de gênero, sexting e do cyberbullying retratado no filme brasileiro "*Ferrugem*", lançado em 2018. Os relacionamentos afetivos são perpassados por diferentes fatores

socioculturais, que impactam diretamente a forma como as pessoas interagem, especialmente em relações românticas. É importante distinguir-se que o filme Ferrugem expõe um fenômeno complexo e nos convida a reflexões, a posicionamentos e a ações para intervir nessa realidade. O sexismo está associado a violência particularmente contra as mulheres, sendo este fenômeno presente em todas as sociedades. O Committee of Ministers Council of Europe (2019) considera que as atividades sexistas contribuem para um clima de intimidação, medo e discriminação, não promotor do bem-estar entre homens e mulheres. É importante revelar-se que este estudo tinha como objetivo traduzir e adaptar a versão espanhola de Escala de Detección de Sexismo en Adolescentes (DSA) (Recio et al., 2007) para a cultura portuguesa (Lordello, Souza e Coelho, 2019).

Os resultados encontrados permitem concluir que a DSA possui boas propriedades psicométricas, mantendo-se os itens e as duas subescalas- SH e SB - da versão original. É importante salientar que a literatura refere que o sexismo é uma forma clássica de hostilidade contra as mulheres, reforçando os papéis tradicionais de gênero, que aumenta com a idade, legitima a violência nas relações de intimidade, aumenta o risco de violência sexual, à construção de relações de intimidade com pessoas sexistas, à maior dependência emocional do parceiro, à pior qualidade nas relações e aos mitos do amor romântico, assume-se como fundamental a existência de um instrumento de avaliação do sexismo nos adolescentes, sempre que se perspectiva intervenções nestes domínios (Lordello, Souza e Coelho, 2019).

2.9 Violência de gênero no ambiente escolar

O fenômeno da violência na sociedade moderna, inquieta e deixa insegura a população como um todo. E que atinge as grandes, médias e pequenas cidades, deixando intranquilos/as que compõem, situações essas que qualquer pessoa pode assistir ou vivenciar no sentido, mas real as múltiplas faces das violências. É importante focalizar que este estudo se configura numa pesquisa bibliográfica com ênfase em revisão de literatura, cujos dados foram analisados mediante uma abordagem qualitativa e que nesta perspectiva, o presente artigo apresenta as principais causas das violências, violências de gênero e violências de gênero na escola, considerando os valores, comportamentos e ações dos sujeitos construídos socialmente. As múltiplas facetas da violência de gênero: caminhos trilhados pelos/as autores/as é importante apontar que a violência é mostrada, em síntese pelos/as autores/as de dez artigos, como uma vontade de exercer no outro diversas formas de poder, num estado de objetificação da pessoa-

vítima (Xavier Filha, 2015; Brito e Oliveira, 2013; Pereira, 2016; Dornelas et al., 2017; Villela e Barbosa, 2017; Rosário et al., 2017; Gama et al., 2017; Moreira et al. 2018; Oliveira e Fonseca, 2019; Ceccon et al., 2020).

Constatamos que as violências atingem todos os espaços do campo social, assim como, essa é um fenômeno cultural e estrutural, configura-se em aspectos sócio-históricos, a legitimidade dada aos seus conceitos e implementações são intrínsecas às relações de poder socialmente construídas (Dias, Gomes, Rabelo, 2022). Apresenta-se algumas reflexões sobre as atividades realizadas com jovens do Ensino Médio da cidade de Canoas/RS, através do projeto de extensão universitária: “Promoção da Paz e Estratégias de Enfrentamento à Violência de Gênero nas Escolas”, do curso de Serviço Social da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), no período de 2016.1. É importante destacar que na violência de gênero discutindo a culpabilização da mulher podemos identificar que a questão da culpabilização da mulher tem início na história de Adão e Eva. É importante apontar que temos que ter a consciência de que estamos longe de esgotar o assunto proposto. Ressalta-se sobre a importância de uma reflexão mais profunda a respeito da implicação dos temas gênero, cor/raça e sexualidade em situações de violência na escola. É importante evidenciar que, em primeiro lugar, o professor se destaca na importância, na socialização e no desenvolvimento das crianças e adolescentes com quem interagem cotidianamente (Silva, Moraes, Rocha, 2017).

2.10 A Lei Maria da Penha

No Brasil, foi sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Nº 11340, conhecida como Lei Maria da Penha, objetiva proteger a mulher da violência doméstica e familiar. A lei recebeu esse nome como uma medida de reparação a uma vítima, que é a farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Dentre as diversas agressões durante os 23 anos de casamento, estão duas tentativas de feminicídio por parte do até então seu marido. A última delas, resultou em paraplegia irreversível e outras enfermidades. O objetivo da lei é definir a violência doméstica contra a mulher, considerando crime e apontando formas de evitá-los, enfrentar e punir os agressores. (Brasil, 2006).

Cabe destacar que a lei só foi sancionada mediante pressão internacional, depois da Sr^a Maria da Penha ter levado o caso ao Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e ao

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) pois após dois julgamentos, em 1998, seu agressor continuava em liberdade. Ainda depois de notificados e oficiados 4 vezes, os órgãos brasileiros responsáveis se mantiveram em silêncio, até que no ano de 2001, o Brasil foi condenado por “por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica e familiar contra as mulheres brasileiras.” (Tribunal..., 2022, n.p.). Depois disso, foram iniciadas novas e imparciais investigações do caso e a vítima recebeu do Estado uma reparação simbólica e material, recomendados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Lei Maria da Penha foi um avanço significativo em relação à proteção à mulher, por criar vários e inovadores mecanismos que abrangem desde a especificação das várias formas de violência contra a mulher, até a obrigatoriedade do agressor participar de programas de reeducação e recuperação. (Brasil, 2006).

2.11 Prevenção e combate à violência de gênero entre jovens e adolescentes

A temática da violência é central para as juventudes, especificamente em territórios vulneráveis. Além disso, nos últimos dois anos, por conta da pandemia, a percepção desse grupo sobre a violência se alterou. “Os jovens ficaram mais reclusos – o que não significa que estiveram menos expostos à violência”, explica Hugo Sabino, assistente de projetos no Centro de Desenvolvimento e Apoio a Programas de Saúde (CEDAPS). “Adolescentes e jovens vivenciam múltiplas violências que afetam duramente seu cotidiano nas periferias e favelas do Rio e precisam participar da construção de soluções para a prevenção e o enfrentamento dessas violências”.

Os jovens começaram a perceber comportamentos de violência que estavam ali, no seu cotidiano, muitas vezes naturalizados, como, por exemplo, a falta de saneamento básico ou mesmo à saúde mental do jovem periférico. É importante reforçar que em dois projetos de lei do Senado, apresentados no início de 2023 e que aguardam votação em Plenário, buscam criar mecanismos de combate à violência sexual e de gênero em estabelecimentos comerciais e eventos abertos ao público. E é importante destacar-se que o PL 394/2023 institui protocolo como forma de prevenir, identificar e lidar com casos de violência sexual ou de gênero em estabelecimentos como bares, boates, restaurantes, eventos esportivos. Há ainda no PL

544/2023, de auditoria do Senador Marcelo Castro (MDB-PI), que também institui o “Protocolo Não Nos Calaremos”, de adesão igualmente voluntária pelos estabelecimentos comerciais, os quais deverão treinar seus funcionários e aplicar medidas específicas de prevenção e combate aos agressores. Ressalta-se que a violência sexual e de gênero de que trata o projeto de lei abrange os crimes contra a dignidade sexual tipificados no Código Penal, a violência familiar descrita na Lei Maria da Penha, e qualquer outra forma de violência ou constrangimento de natureza sexual. O protocolo tem os seguintes princípios: respeito e proteção à vítima, repúdio à conduta do agressor, o atendimento à vítima tem precedência sobre qualquer outro, a vítima deve receber informações sobre seus direitos, mas cabe a ela decidir sobre os serviços de saúde, assistência e segurança que serão acionados, as informações sobre os casos de violência sexual e de gênero serão tratadas com rigor e discrição, com intuito de preservar a privacidade da vítima e evitar o prejulgamento do acusado. A violência física e psicológica (bullying, assédio, por exemplo) podem acontecer dentro de casa, na escola ou nas ruas, podendo gerar consequências e traumas que tornam o ir para escola uma experiência insuportável ou impossível, comprometendo o aprendizado e desviando a sua atenção dos estudos. Como resultado, o ambiente escolar também é afetado, por exemplo: um ato violento cometido por alunos contra professores tem a ver com a realidade que os adolescentes vivem fora da escola (Nações Unidas no Brasil, 2022).

3. METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em muitos trabalhos acadêmicos e científicos. Consiste na busca, análise e revisão de trabalhos já existentes na literatura sobre um determinado tema. Esses trabalhos podem incluir livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros tipos de publicações.

O objetivo da pesquisa bibliográfica é reunir informações relevantes e atualizadas sobre o tema de interesse, identificando o que já foi treinado, as teorias existentes, as abordagens metodológicas utilizadas por outros pesquisadores, as lacunas no conhecimento e as conclusões alcançadas. Além disso, a pesquisa bibliográfica ajuda a embasar teoricamente o trabalho do pesquisador, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de sua pesquisa. (Rodrigues, 2023)

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica, o pesquisador deve utilizar diferentes fontes, como bibliotecas, bases de dados acadêmicos, periódicos científicos e outros recursos disponíveis. É importante ainda organizar e registrar as informações de forma sistemática, para serem citadas corretamente no trabalho acadêmico e para facilitar a elaboração da revisão da literatura.

A pesquisa bibliográfica não se limita apenas à coleta de informações, mas também envolve uma análise crítica e reflexiva do material encontrado. Isso significa avaliar a qualidade, relevância e confiabilidade das fontes consultadas, bem como identificar as diferentes perspectivas e argumentos apresentados pelos autores. Essa abordagem crítica ajuda a construir uma visão mais abrangente do estado atual do conhecimento sobre o tema em questão.

A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta essencial em diversos campos acadêmicos e científicos, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento de novos estudos e contribuindo para a construção do conhecimento em uma determinada área. (Wazlawick, 2020).

A pesquisa bibliográfica não tem como objetivo fornecer conhecimento novo, e sim sistematizar conteúdos relevantes para uma determinada área par embasar novas pesquisas de forma facilitada.

No trabalho realizado foram pesquisados alguns livros, mas principalmente materiais acadêmicos disponíveis na Internet, tais como: teses, dissertações, monografias e artigos; posteriormente, materiais disponibilizados por órgão públicos. Buscou-se utilizar materiais com até 5 anos de publicação no máximo, principalmente quando se tratava de artigos acadêmicos a fim de garantir a atualidade das informações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram pesquisados artigos e trabalhos acadêmicos de abrangência nacional e internacional, buscando-se principalmente a utilização de fontes consideradas atuais, ou seja, com no máximo 5 anos de publicação. Vários materiais consultados foram encontrados em sites de órgãos públicos e do meio jurídico. Materiais outros foram utilizados somente quando o assunto pesquisado não era encontrado nos anteriores.

Os resultados encontrados, foram materiais de estudos e pesquisas voltados para o tema feminismo e suas vertentes, legislação e dados relacionados à violência de gênero e a criança e ao adolescente. Embora o foco desse trabalho não ser crianças, estavam frequentemente associadas à adolescentes.

Em síntese, a revisão bibliográfica revelou que o Brasil, têm índices de violência sofrida por crianças e adolescentes muito altos. No período de 2015 a 2021, foram relatados no Brasil 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. O ano de 2021 registrou o maior número de notificações, com 35.196 casos, esse é o resultado publicado pelo Ministério da Saúde no presente ano. Este é o último boletim epidemiológico sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, realizado em 2021.

Conforme o boletim, o domicílio das vítimas é o local onde ocorre a maioria dos casos de violência sexual, representando 70,9% dos casos envolvendo crianças de 0 a 9 anos e entre adolescentes de 10 a 19 anos representa 63,4%. (Ministério da Saúde, 2023, *on-line*).

Na maioria das vezes os responsáveis pelas agressões sexuais são pessoas conhecidas ou familiares, representando 68% no caso das crianças na faixa etária entre 0 a 9 anos e 58,4% das agressões contra adolescentes. Os agressores são predominantemente do sexo masculino, sendo autores de 86% dos casos contra adolescentes e 81% dos casos contra crianças. As vítimas são, em sua maioria, do sexo feminino: aproximadamente 76,9% das notificações envolvendo crianças e cerca de 92,7% das notificações envolvendo adolescentes. No entanto, é importante considerar que pode haver subnotificação de casos envolvendo meninos, possivelmente devido a estereótipos de gênero e crenças equivocadas (Ministério da Saúde, 2023, *on-line*).

Percebe-se que a partir da criação da Lei Maria da Penha (2006), o país evoluiu significativamente em termos de proteção à mulher. E em complemento à Lei Maria da Penha, foi lançado em agosto de 2007, como parte da agenda Social do Governo Federal, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, é: “um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional”. (Brasil, p.11, 2011).

Na ocasião da criação, do Pacto, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres conceituou o enfrentamento, como a implantação de políticas abrangentes e articuladas que abordem a complexidade da violência contra a mulher. Envolve ações conjuntas diversos setores como saúde, segurança pública, justiça, **educação** e assistência social, visando **combater a desigualdade, a discriminação e a violência de gênero, desaprovar normas sexistas/machistas e prestar serviços qualificados e humanizados.** (Grifos nossos). Assim sendo, a noção de enfrentamento não se limita apenas ao combate, mas engloba também as dimensões da prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres. Estas dimensões sustentam o que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, conforme mostrado na Figura 1. (Brasil, 2011).



Figura 1 - Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fonte: Brasil , p 27, 2011

Em diversos, materiais consultados, ou pode-se dizer que em sua maioria, os autores quando nacionais, apontam para ações semelhantes envolvendo a Lei Maria da Penha sendo de alguma forma trabalhada nas escolas. O que envolve primeiramente a capacitação dos professores para informação, conscientização e sensibilização.

Uma das possíveis saídas e soluções, para sobrepor os casos de violência de gênero, que vão muito além de questões físicas, seria a busca de alternativas como, a formação de professores e professoras, levantando como principais problemáticas as temáticas que envolvem gênero, sexualidade, orientação sexual, relações étnicos raciais, dentre outras. Almejando que diversidade seja trabalhada principalmente em escolas e instituições de ensino (Barreto *et al*, 2009).

A partir da Figura 1, é incontestável que o ambiente escolar tem um grande e desafiador compromisso nessa verdadeira cruzada que é o enfrentamento à violência de gênero, no âmbito da prevenção.

O IF Goiano como instituição de ensino já teve um avanço a partir da criação de núcleos inclusivo, porém precisa de mais ações e mesmo inserção de tais temas em seus projetos pedagógicos de cursos (PPC), em suas matrizes curriculares e principalmente em suas práticas cotidianas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero contra adolescentes é um fenômeno complexo influenciado por fatores individuais, interpessoais e sociais, incluindo normas de gênero, desigualdades estruturais e exposição a conteúdos midiáticos específicos. A compreensão aprofundada desses elementos pode fornecer *insights* cruciais para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção eficaz, bem como contribuir para a promoção de ambientes mais seguros e equitativos para os adolescentes.

Estima-se que os objetivos foram alcançados resultados, uma vez que foi produzido um compilado com os principais conceitos envolvendo questões de violência de gênero contra adolescentes.

Percebe-se que no Brasil as mulheres têm uma legislação ampla e completa para ampará-las, mas infelizmente isso não tem ocasionado a diminuição dos casos de violência de gênero, o que pressupõe que o problema pode estar talvez na prevenção. Não só o Brasil, mas também o estado de Goiás, possuem índices bastante altos de violência contra a mulher. O município de Iporá, apesar de não termos dados oficiais, figura semelhantemente nesse quesito. O que demonstra a necessidade de serem desenvolvidos trabalhos preventivos e educativos em diversas direções.

Durante a pesquisa bibliográfica, constatou-se a escassez de trabalhos relacionados a violência de gênero especificamente voltada a adolescentes e quando encontradas, na maioria das vezes ultrapassam o prazo de publicação idealizado pela academia. Isso mostra a necessidade de se desenvolver mais pesquisas nessa temática.

Sugere-se para trabalhos futuros pesquisas para:

- identificar crenças machistas entre os estudantes;
- verificar se os estudantes do ensino médio têm conhecimento do que é, e quais são formas da violência de gênero;
- investigar se as estudantes têm consciência da violência no namoro.

Este trabalho passou por vários ajustes, tanto de escopo, como de metodologia para que fosse possível de ser realizado prioritariamente pela discente, que é atendida pelo NAPNE. O material produzido é predominantemente fruto do trabalho da estudante.

Carinhosa e talvez pretensiosamente, se espera despertar em outras pessoas o interesse em estudar sobre temas ligados à igualdade, principalmente de gênero.

REFERÊNCIAS

AARON, A. *et al.* **Reward, motivation, and emotion systems associated with early-stage intense romantic love.** *Journal of Neurophysiology*, [s. l.], ano 2005, v. 94, p. 327-337, 1 jul. 2005. Disponível em: <https://journals.physiology.org/doi/full/10.1152/jn.00838.2004>. Acesso em: 14 abr. 2023. Acesso em: nov. 2023.

Agência Assembleia de Notícias. **Em defesa das mulheres.** 2023. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135360/em-defesa-das-mulheres>.

ALBURY, K. *et al.* **Young people and sexting in Australia: ethics representation and the law.** Analysis and Policy Observatory, New South Wales, ano 2013, p. 1-33, 1 abr. 2013. DOI <https://core.ac.uk/download/pdf/30677128.pdf>. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/30677128>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ANGELO, J. da S. **Inclusão e educação especial: o papel da escola na inclusão de estudantes na perspectiva pedagógica.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol.08, pp. 163-176. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-de-estudantes>. Acesso em: Nov. 2023.

ARAÚJO, L. B. N. **Das origens do patriarcado ao surgimento do movimento feminista: a concentração da mulher e a quebra de estereótipos machistas.** Ibero: Americana de humanidades, Ciências e Educação, [s. l.], ano 2022, v. 8, ed. 3, p. 1863-1881, 4 abr. 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/4779/1840>. Acesso em: 14 abr. 2023.

ASSIS, C. L. de. **“Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes.** *Psicologia e Saber Social*, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8796>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS. **Em defesa das mulheres.** 07 ago. 2023. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135360/em-defesa-das-mulheres>. Acesso em: nov. 2023.

BARRETO, A. de C. *et al.* **Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 1, pág. 86–92, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/XPZGsDBKqMdVY8hbV8jzRWx/#ModalHowcite>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BASTARDAS, M. T. **Tipos de feminismo que existem na atualidade.** [S. l.], 7 jul. 2023. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/tipos-de-feminismo-que-existem-na-atualidade-456.html>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BEATRIZ, E. de P. M., ALMEIDA, W. C. de,; VERBICARO SOARES, D. (2023). **Estudo sobre gênero e diversidade sexual: a cruzada ideológica.** Revista Ilustração, 4(1), 21–39. Disponível em: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i1.141>. Acesso em: 30 nov. 2023

BITTAR D. B; NAKANO A. M. S. **Symbolic violence among adolescents in affective dating relationships.** Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: 2017; 51:e03298. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/MDy4PtspTZyvpCZsrrGth/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2023

BRACONNIER, A. **Mil faces da adolescência.** [S. l.] CLIMEPSI, 2000. 232 p.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 14 mai. 2023.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** 2023. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/noticia/21378>. Acesso em: 21 nov. 2023

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, “**Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres,**” Curadoria Enap. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres
Acesso em: 4 de novembro de 2023

BRITO, C. C; OLIVEIRA, M. T. **Bullying e autoestima em adolescentes de escolas públicas.** Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 89, ed. 6, p. 601-607, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/ptvdjTC7jjTwZCbdy7PtnLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** Routledge.. [S. l.]: Routledge, 2006. 272 p. ISBN 9780415389556.

CECCHETTO, F; RIBEIRO, F. M. L; OLIVEIRA, Q. B. **Gênero, sexualidade e ‘raça’: dimensões da violência no contexto escolar.** In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, p. 121-146. ISBN 978-85-7541-330-2. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-07.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

CECCON, R. F; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L; MENEGHEL, S. N. **Vidas nuas: mulheres com HIV/aids em situação de violência de gênero.** Saúde soc., [S. l.], ano 2020, v. 29, n. 4, p. 1-12, 8 jan. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bXBtsYYy58hbNSFhXtjSVCq/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 12 set. 2023.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2019**. Ipea, [S. l.], ano 2019, p. 1-116. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CHILDHOOD BRASIL. **Causas da violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2015. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/causas-da-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 01 dez. 2023.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. [S. l.]: Routledge, 2008. 384 p. ISBN 0415964725.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. [S. l.]: University of California Press, 2005. 349 p. ISBN 0520246985.

DIAS, A. da S; GOMES, M. C; RABELO, M. J. S. **Gender Issues and Violence in School: a literature review**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e26411427357, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27357>. Acesso em: 2 set. 2023.

DIAS, M. B. **Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 2010. 284 p. v. 11.

DIVERSIDADE. *In: Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2009. cap. Módulo I, p. 19-37. ISBN 978-85-89737-11-1. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

DORNELAS, R. *et al.* **Situações de violência na escola e a voz do professor**. CoDAS, Lagarto - SE, ano 2017, v. 29, n. 4, p. 1-4, 13 abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/M7s4pXvBDnyv6FdR3bzXsBN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

ECHEBURÚA, E. *et al.* **Tratamiento cognitivo-cond-tual del trastorno de estrés postraumático crónico en víctimas de maltrato doméstico: un estudio piloto**. Análisis y Modificación de Conducta, São Paulo, ano 1996, v. 22, n. 85, p. 627-654, jan. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285277407_Tratamiento_cognitivo-conductual_del_trastorno_de_estres_postraumatico_en_victimas_de_maltrato_domestico_Un_estudio_piloto. Acesso em: 15 set. 2023.

ENGEL, C. L. **A Violência contra a mulher**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. p. 159-216. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10313>. Acesso em: abr. 2023.

GUIMARÃES, T. **Machismo afeta saúde das mulheres e até dos homens**. Extra, [S. l.], 29 maio 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/machismo-afeta->

<saude-das-mulheres-ate-dos-homens-veja-as-consequencias-25519452.html>. Acesso em: 1 jul. 2023.

HEMMINGS, C. **Considering Emma Goldman**: Feminist Political Ambivalence and the Imaginative Archive. [S. l.]: Duke University Press, 2018. 304 p. ISBN 0822369982.

HOLANDA, M. T. *et al.* **Uma Pesquisa com Alunas do Ensino Fundamental e Médio sobre os Cursos da Área de Computação**. In: women in information technology (WIT), 11, 2017, São Paulo. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2017. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/3425/3387>. Acesso em: 15 set. 2023.

HOOKS, B. **Feminism Is for Everybody**: Passionate Politics. 2. ed. [S. l.]: Routledge, 2014. 124 p. ISBN 1138821624.

HOOKS, B. **The Will to Change**: Men, Masculinity, and Love. 1. ed. [S. l.]: Washington Square Press, 2004. 212 p. ISBN 0743456084.

JULIÃO, H. V.; DIB, A. M.; OLIVEIRA, L. T. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho e as formas de enfrentamento acerçadas na OIT**. Revista Brasileira de Desenvolvimento, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 24482–24499, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26114>. Acesso em: 14 nov. 2022.

KOVÁTZ, E.; POIM, M. (Eds.). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilization in Europe**. Budapest: FEPS, 2015.

LENZI, T. **O que é o movimento feminista?**. [S. l.]: TodaPolítica, 2018. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

LIMA, A. F. S. *et al.* **Cyberbullying**: Conhecer para prevenir. Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), [S.l.], v. 8, nov. 2021. ISSN 2446-6042. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/4761/4229&sa=D&source=docs&ust=1701696534469082&usg=AOvVaw0eI2cV6NQP6j081WHsFjWW>. Acesso em: 14 abr. 2023.

LORBER, J. **Gender Inequality**: Feminist Theories and Politics. 5. ed. [S. l.]: Oxford University Press, 2011. 342 p. ISBN 0199859086.

LORDELLO, S. R.; SOUZA, L.; COELHO, L. de A. M. **Adolescentes e redes sociais: violência de gênero, sexting e cyberbullying no filme Ferrugem**. Nova Perspectiva Sistêmica, [S. l.], v. 28, n. 65, p. 68–81, 2019. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/538>. Acesso em: 6 dez. 2023.

MATOS, M. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Estudos Feministas, Florianópolis, ano 2007, v. 16, n. 2, p. 333-357, 12 maio 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

MEDEIROS, A. *et al.* **Percepções sobre a tecnologia da informação por alunas de ensino médio: um estudo sobre gênero e escolhas profissionais.** In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 16. , 2022, Niterói. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022 . p. 122-132. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/20865>. Acesso em: 14 nov. 2023

MEDEIROS, P. B. **Divisão sócio sexual do trabalho: naturalizações sociais como estratégia de minimização do estado.** *Temporalis, [S. l.]*, v. 20, n. 40, p. 215–232, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31689>. Acesso em: 14 nov. 2023.

MINAYO, M.C.S. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde.** In: NJAINE, K., ASSIS, S.G., CONSTANTINO, P., and AVANCI, J.Q., eds. *Impactos da Violência na Saúde* [online]. 4th ed. updat. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 19-42. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p9jv6/pdf/njaine-9786557080948-04.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. [S. l.]: Hucitec, 2014. 416 p. ISBN 978-85-271-0181-3.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M.. **Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo.** *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725–748, set-dez 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/#>. Acesso em: 01 dez. 2023.
MOHANTY, C. T. **Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses.** *JSTOR, [S. l.]*, v. 12, p. 333-358, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/302821>. Acesso em: 19 set. 2023.

MOREIRA, M. I. C. *et al.* **Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas.** *Fractal: Revista de psicologia, [S. l.]*, v. 30, n. 2, p. 234-242, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/DbkPjhM9ywSdSqHD7PnW7Vs/#>. Acesso em: 19 set. 2023.

MOREIRA, R. B. **Mulheres sem fronteiras e o combate á violência de gênero no ambiente escolar.** Capim Dourado: Diálogos em Extensão, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 16–43, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/4322>. Acesso em: 10 out. 2023.

MORELLI, M. *et al.* **Sexting, sofrimento psicológico e violência no namoro entre adolescentes e jovens adultos.** *Psicotema, [S. l.]*, v. 28, n. 2, p. 137-142, maio 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27112809/>. Acesso em: 19 set. 2023.

MOYA, I. **Machismo: Você entende mesmo o que significa?** [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

Nações Unidas no Brasil. **Jovens criam soluções para enfrentar situações de violências.** As Nações Unidas no Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/184579-jovens-criam-solu%C3%A7%C3%B5es-para-enfrentar-situa%C3%A7%C3%B5es-de-viol%C3%A0ncias>. Acesso em: 27 nov. 2023.

NELSON, T. D. **Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination.** 1. ed. [S. l.]: Psychology Press, 2009. 606 p. ISBN 0805859527.

NÚCLEO de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero (NEPEDS). In: Instituto Federal Goiano. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/neabi/14927-nepeds.html>. Acesso em: 7 abr. 2023.

OLIVEIRA, I. D. **Violência no Namoro:** Legitimação da violência nas relações amorosas entre adolescentes. Orientadora: Professora Doutora Paula Ferreira. 2021. 109 f. Dissertação (Mestre em Riscos e Violências nas Sociedades Atuais) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021, p. 22-25. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/12125>. Acesso em: 1 dez. 2023.

OLIVEIRA, R. N. G. *et al.* **Amor e violência em jogo: descortinando as relações afetivo-sexuais entre jovens à luz de gênero.** Interface, Botucatu, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ZjcYhzzJsRv6JFR3QMynZpD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner sexual violence.** [S. l.]: Health Organization, 2013. 58 p. ISBN 978 92 4 156462 5. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/85239/9789241564625_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 abr. 2023.

PAIVA, I. O; MIRA. R. R; BRESCI, M. S. **A adaptação curricular de grande porte:** um estudo de caso. 11ª Jornada Científica e Tecnológica e 8º Simpósio da Pós-Graduação do IFSULDEMINAS. Volume 11 - 2019. Disponível em: <https://memoriajornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcinc1/jcinc1/paper/viewFile/5255/3740>. Acesso em: nov. 2023

PASINATO, W. **Oito anos de lei Maria da Penha: entre avanços, obstáculos e desafios.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kYRfBhW3593JLyc3MLGGGws/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

PAUNGARTNER, L. M; et al. **Análise epidemiológica das notificações de violência contra crianças e adolescentes no Brasil de 2009 a 2017.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 9, p. 2, 25 set. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4241/2661>. Acesso em: 01 dez. 2023.

PEREIRA, A. C. **Todas as histórias de violência doméstica se assemelham: o olhar e arte como dispositivos libertadores.** Intercom. São Paulo, v. 39, n. 2, p. 81-98, maio/ago. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/interc/a/CN9mcs6WkqX6mYdFSKd47FP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

PEREIRA, W. G; FRANÇA, R. S. de. **Cyberbullying na Escola: Entendendo e Lidando com a Crueldade Online**. In: Simpósio Brasileiro De Educação Em Computação (EDUCOMP), 3. , 2023, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023 . p. 359-368. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/educomp/article/view/23906>. Acesso em: 30 out. 2023.

PLICHTA , S. B. *et al.* **Prevalência da violência e suas implicações para a saúde da mulher**. PubMed, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 244-258, maio/jun. 2001. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11336864/>. Acesso em: 19 set. 2023.

RECIO, P.; CUADRADO, I.; RAMOS, E. **Propiedades psicométricas de la Escala de Detección de Sexismo en Adolescentes (DSA)**. Psicothema, [S. l.], ano 2007, v. 19, n. 3, p. 522-528. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/727/72719324.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

REZENDE, M. O. **Violência contra a mulher**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm>. Acesso em: 31 maio 2023.

RIBEIRO, L. *et al.* **Um Panorama da Atuação da Mulher na Computação**. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 13., 2019, Belém. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 1-10. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/6707>. Acesso em 12 nov. 2022.

RODRIGUES, R. S. **Introdução à pesquisa bibliográfica** [recurso eletrônico] /. – Florianópolis : Editora da UFSC, 2023. 137 p. : il. gráfs. E-book (PDF). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-082-7>. Acesso em: 14 jul. 2023.

RODRÍGUEZ M. V; MERCADO G. E; MORALES C. S. **Desigualdades e violência de gênero em jovens e adolescentes: sopram os ventos do progresso?** Revista Prisma Social, [S. l.], n. 31, pág. 368–387, 2020. Disponível em: <https://revistaprismasocial.es/article/view/3716>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANTOS, S. M. M. *et al.* **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2023.

SARDENBERG, C. M. B; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. São Paulo: EDUFBA, 2016. 335 p. ISBN 9788523215033.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. [S. l.]: Columbia University Press, 2018. 288 p. ISBN 0231188013.

SILVA, C. F. S.; MORAES, A. R.; ROCHA, K. G. S. **Violência de gênero no contexto escolar**: Refletindo sobre estratégias de enfrentamento através da extensão universitária. *Expressa Extensão*, [s. l.], ano 2017, v. 22, ed. 2, p. 157-169, jul-dez, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/11339/7839>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, D. N. **O que é feminismo?** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-feminismo.htm>. Acesso em 13 jun. 2023.

SINGULANO, Y. L.; TEIXEIRA, K. M. D. **A resposta de adolescentes à questão: como erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil?** *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 11, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/nTp7PjgbNLpGvZG7B8z8fKr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2023.

STRAUS, M. A. *et al.* **Prevalência de violência contra parceiros de namoro por estudantes universitários do sexo masculino e feminino em todo o mundo.** *Sage Journals*, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 705-849, 6 jul. 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/epdf/10.1177/1077801204265552>. Acesso em: 20 set. 2023.

TIBA, I. **Adolescentes: Quem Ama, Educa!**. 1. ed. [S. l.]: Integrare, 2010. 304 p. ISBN 8599362585.

RIBEIRO, J. **Tipos de feminismo.** [S. l.], 5 abr. 2022. Disponível em: <https://educacao.umcomo.com.br/artigo/tipos-de-feminismo-30178.html>. Acesso em: 1 jun. 2023.

TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS. **Lei Maria da Penha.** Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/lei-maria-da-penha/>. Acesso em: Nov. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. **Quem é Maria da Penha.** 2022. Disponível em : <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/quem-e-maria-da-penha>. Acesso em: Nov, 2023.

UMAR. **Violência no Namoro: Resultado Nacionais apontam a gravidade do problema.** 2017, p. 1-15.

UNESCO. **Global guidance on addressing school-related gender-based violence.** [S. l.: s. n.], 2016. 125 p. ISBN 978-92-3-100191-8.

VENTURIN, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S de; **A Mulher Brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VITIELLO, M. T.; LOUREIRO JÚNIOR, G. R. **Aspectos sócio-políticos da sexualidade na adolescência.** In: VITIELLO, N. *Sexologia II*. São Paulo: Roca, 1986. p. 55-57.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2014. 146 p.

WENDT, G. W; LISBOA, C. S. M. **Compreendendo o fenômeno do cyberbullying**. Temas psicol. Ribeirão Preto, v. 22, n. 1, p. 39-54, abr. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023.

XAVIER FILHA, C. **Violências e direitos humanos em pesquisa com crianças**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1569-1583, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/X3n7c5BYjnV7PnbhGXYk56K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.